



Os utilizadores do Arquivo Municipal de Sines: um estudo de caso

Sandra Patrício^a

^a*Município de Sines, Portugal, spatricio@mun-sines.pt*

Resumo

O Arquivo Municipal de Sines recebeu um novo espaço para a informação definitiva e para as relações com os seus utilizadores em 2006, no Centro de Artes de Sines. Passados vários anos e a colocação em linha da base de dados do Arquivo Municipal urge compreender não apenas quantos cidadãos já recorreram a este serviço, mas também quais são as suas necessidades e de que forma o Arquivo Municipal pode melhorar as suas ofertas, diversificar o seu público e desempenhar um papel mais relevante na comunidade local.

Apresenta-se aqui o projecto de estudo dos utilizadores do Arquivo Municipal entre 2016 e 2018 no que respeita à sua mediação em relação à informação que custodia, preserva e comunica.

Palavras-chave: Arquivo Municipal; Mediação da Informação; Utilizadores de Arquivos Municipais; Arquivo Municipal de Sines

Introdução

Os estudos sobre os utilizadores de serviços cuja missão é a gestão da informação, como os arquivos e as bibliotecas, são ainda raros em Portugal, especialmente no que respeita aos arquivos. As bibliotecas têm vindo a percorrer este caminho, muito antes dos arquivos, como o testemunha o 12º Congresso da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas em 2012, sob o lema Integração, Acesso e Valor Social (Associação Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012).

Do ponto de vista internacional, os estudos sobre os utilizadores de serviços de informação iniciaram-se nos anos 40 do século XX entre as bibliotecas, e apenas cerca de quarenta anos depois nos arquivos (Rhee, 2015: 29 e Mckena, 2017: 7-8).

A proposta de Conway (1986) de um esquema metodológico para a realização de estudos sobre utilizadores de arquivos ainda não foi substituída, embora não tenha previsto as alterações trazidas pela tecnologia (Rhee, 2015: 36). Conway propôs utilizar os estudos sobre os utilizadores para avaliar o desempenho do arquivo no que respeita ao valor (benefícios da informação arquivística para indivíduos, grupos e para a sociedade), integridade (equilíbrio entre a responsabilidade da preservação e divulgação da informação) e qualidade (capacidade de resposta das necessidades dos utilizadores) do serviço. A sua proposta de modelo para a investigação sobre utilizadores de arquivos ou mediação da informação em arquivos assenta na definição de utilizador, necessidades e uso da informação e inclui os elementos básicos da informação que deve ser recolhida, analisada e partilhada entre arquivistas para potenciar a investigação e permitir que os seus resultados contribuam para melhorar as práticas

dos arquivistas. De facto, reconhece-se que a satisfação das necessidades informacionais dos utilizadores é central para a viabilidade de uma profissão confrontada com uma mudança tecnológica rápida (Conway, 1986: 395). A satisfação do utilizador torna-se indispensável para a criação de programas de administração arquivística nesta perspetiva (Conway, 1986: 398).

As designações de Conway, utilizador, necessidade de informação e utilização são usados nesta comunicação. O utilizador é a pessoa que procura informação em materiais arquivísticos, indentificado pelo arquivista com os beneficiários da informação histórica (Conway, 1986: 395-396). A definição usada nesta comunicação é mais abrangente e inclui os utilizadores internos, da organização, assim como os cidadãos, actores que não são valorizados enquanto tal. A noção de *accountability*, isto é, de responsabilização das administrações pelos seus cidadãos através do acesso a documentos de arquivo por si produzidos, não era ainda um factor considerado.

A área do estudo sobre utilizadores ou mediação da informação em arquivos é definida como: actividade de investigação arquivística que recolhe, analisa e interpreta dados acerca dos utilizadores e usa métodos empíricos de investigação (Rhee, 2015: 30). Duas razões são avançadas por Hea Lim Rhee para este fenómeno (2015:31), que também pode observar-se em Portugal. Por um lado, a prioridade dos arquivistas tem sido a preservação de documentos de arquivo, uma das suas missões; por outro, os arquivos não dispõem de recursos, especialmente humanos, para realizar esses estudos. As funções da gestão e da descrição têm sido mais prementes do que conhecer a identidade dos utilizadores, que informação procuram e como a utilizam.

Apesar de esta área científica não ter muitos interessados em Portugal, existem já estudos relevantes para conhecer a mediação nos arquivos. O primeiro e incontornável trabalho é de Fernanda Ribeiro, *Indexação e Controlo de Qualidade em Arquivos* (1996), no âmbito da recuperação da informação arquivística através da indexação.

A dissertação de doutoramento de Milena Carvalho (2014), intitulado *Estudo de Mediação e do Uso da Informação nos Arquivos Distritais*, procura uma caracterização dos utilizadores dos arquivos distritais portugueses e equiparados. Consistiu num estudo empírico junto dos seus utilizadores e responsáveis, através da metodologia quadripolar (Carvalho, 2014: vii e viii). O conceito de mediação da informação inclui quer o acesso e a comunicação do património arquivístico, quer o serviço educativo e a extensão cultural (Carvalho, 2014: 187-194). Incidiu, portanto, não na satisfação, mas antes nas necessidades e comportamentos informacionais dos utilizadores dos Arquivos Distritais (Carvalho, 2014: 391).

Também no âmbito dos arquivos digitais, nomeadamente do Arquivo.pt, um serviço em linha que se descreve como uma infraestrutura de investigação que permite pesquisar e aceder a páginas da web arquivadas desde 1996, procurou-se compreender quais as necessidades dos utilizadores e o seu comportamento em relação aos conteúdos produzidos em linha em Portugal. Esses conteúdos são voláteis, nem sempre se mantêm em linha e sofrem constantes alterações. Costa e Silva têm vindo a publicar vários estudos nesta matéria (por exemplo, 2010 e 2011), os quais incidiram na informação preservada através de motores de pesquisa a conteúdos nado digitais e como tal preservados, e no seu âmbito e conteúdo.

A proposta de trabalho que aqui apresentamos é menos ambiciosa, tem como objectivo conhecer os utilizadores de um arquivo municipal numa pequena cidade portuguesa, Sines, afastada dos centros universitários e cuja população do concelho é inferior a 15000 habitantes¹. À primeira vista, e esta será uma premissa a testar, os seus utilizadores serão internos e a informação procurada aquela

¹ MUNICÍPIO DE SINES (2019). Sobre Sines. Factos e números [documento electrónico]. Sines: Município de Sines. Disponível em < <http://www.sines.pt/pages/310>>. Consultado em 29 de Maio de 2019.

produzida pela entidade custodiante, a Câmara Municipal. Desta forma, o estudo a apresentar distingue-se daqueles já referidos, pelo facto de o seu universo incluir utilizadores internos, de acordo com a definição de utilizador do Dicionário de Terminologia Arquivística (1993).

A análise centra-se, numa primeira fase, das estatísticas internas produzidas pelo serviço no que respeita aos seguintes parâmetros:

- Número de requisições internas e externas;
- Número de utilizadores externos e internos;
- Fundos, séries e colecções consultadas;
- Assuntos pesquisados;
- Actividades de serviço educativo e de extensão cultural: número de participantes e tipos de actividades.

Esta primeira fase do trabalho incide em informação produzida pelo próprio Arquivo Municipal de Sines com os objectivos de documentar as suas actividades, identificar os seus pontos fracos e fazer propostas de melhoria do serviço. Procura-se responder às questões quem são os utilizadores do Arquivo Municipal e qual a informação arquivística que procuram.

Haverá ainda recurso, numa segunda fase, a questionários aos utilizadores internos e externos acerca da frequência da utilização do serviço e da confiabilidade da informação fornecida. Para a construção destes questionários foram especialmente relevantes os estudos de Milena Carvalho (2014) e de Balbino e Rocha (2016) no que respeita a utilizadores externos e internos, respectivamente, assim como o inquérito desenvolvido pela então Direcção Geral de Arquivos aos arquivos da rede nacional (arquivos nacionais e regionais, DGLAB, 2010).

Os questionários vão também ser submetidos aos participantes nas actividades de serviço educativo e de extensão cultural, assim como a elementos da comunidade. Os questionários têm como objectivos avaliar o seu conhecimento acerca da existência e relevância do serviço de arquivo, das suas actividades, do seu desempenho e da sua capacidade de resposta às necessidades dos utilizadores. Inclui, portanto, uma aproximação quantitativa e uma abordagem qualitativa. Pretende-se que esta segunda fase decorra também durante um período de três anos.

Nesta comunicação far-se-á a apresentação dos resultados preliminares do estudo resultantes da análise das estatísticas internas produzidas pelo serviço, antecedida de uma descrição dos sistemas de informação geridos pelo Arquivo Municipal. Finalmente será apresentada metodologia referente à segunda parte do estudo, nomeadamente os questionários que serão submetidos aos utilizadores e à comunidade. A sua utilidade como estudo de caso encontra-se na possibilidade de estimular estudos mais complexos e de âmbito mais genérico do que um de um arquivo municipal circunscrito a um território definido.

Discussão e resultados

O Arquivo Municipal de Sines teve início decerto com a elevação da então aldeia a vila, em 1362 (Marques, 2017). No entanto, o documento mais antigo presente no Arquivo é o Foral Novo do concelho, atribuído em 1512 pelo rei D. Manuel (idem).

A documentação sofre então um lapso temporal de cerca de cem anos, para ser retomada somente em 1655. Não podemos determinar com segurança as razões para este interregno, já mencionado por Francisco Luiz Lopes em 1850. Nessa data o arquivo era composto por dez livros, sendo o mais antigo datado de cerca de 1600, e o foral (Lopes, 2016: 109).

São de facto 50 as unidades de informação que sobreviveram aos tempos, e delas Podemos identificar 48 unidades de instalação (Patrício, 2018: vol. II: pp.35-40).

Durante o século XX o Arquivo Municipal cresceu com a complexificação do funcionamento do município. Entre 1914 e 1926, datas em que o concelho foi restaurado e se iniciou a Ditadura Militar, ante-câmara do Estado Novo, produziram-se 220 unidades de instalação. Destas 220 unidades 46 foram produzidas por várias comissões que, nalguns casos, sobreviveram até 1974. Em conjunto, a documentação anterior a 1926 soma 268 unidades de instalação. Portanto, entre 1855 e 1926 a produção documental cresceu 82%.

A documentação produzida até 1974 e até aos dias de hoje ainda se encontra em tratamento arquivístico, e o seu volume ainda não pode ser identificado com exactidão. A sua completude pode também ter sofrido consequências com a mudança dos serviços municipais e do seu arquivo após o terramoto de 1969, em que o edifício dos Paços do Concelho sofreu importantes estragos. O arquivo foi então transferido sem controlo para um armazém no Largo Pêro de Alenquer e os seus serviços para a Rua Teófilo Braga. Só em 1977, após a entrega do edifício à Câmara Municipal de Sines pelo Gabinete da Área de Sines, o arquivo voltou aos Paços do Concelho, ao sótão. Nos anos 80 o espaço ocupado pela carpintaria municipal, no rés-do-chão do Refeitório Municipal, foi adaptado arquivo, com a instalação de estanteria. Em 1985 abriu ao público o Arquivo Histórico, que funcionava no mesmo local em que funcionava o Arquivo Geral (Baptista, 1985). Em 2006 a documentação definitiva com mais de 25 anos foi transferida para novas instalações no Centro de Artes de Sines.

Sabe-se, no entanto, que a documentação existente nos vários espaços de depósito do Arquivo Municipal chega quase aos 2 quilómetros². A grande maioria dos documentos foi produzida depois da restauração do concelho em 1914, quando uma maior burocratização das tarefas do município e a documentação, mais necessária enquanto meio de prova, melhor se conservou. Outra razão foi o controlo crescente sobre as atividades dos seus cidadãos e dos corpos constituintes da sociedade portuguesa a partir de 1974.

A informação disponível para os utilizadores externos ou internos do Arquivo Municipal foi, na sua maioria, produzida pela sua entidade detentora. Vejamos então se existe uma relação entre o produtor e o utilizador da informação, pela análise dos resultados de cada parâmetro.

Requisições e utilizadores

O número de requisições internas e externas tem vindo a decrescer entre 2016 e 2018. Entende-se por requisições internas os pedidos de consulta de documentos por funcionários das autarquias do Município de Sines (Câmara Municipal, Assembleia Municipal).

Incluíram-se também os pedidos de informação sobre a existência de documentos e o seu conteúdo, por incidirem directamente sobre a informação. Excluem-se as questões sobre biografias, acontecimentos históricos, existência de bibliografia, por resultarem de elaboração historiográfica que pode ser alheia aos documentos custodiados pelo Arquivo.

² Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines. Relatório de Actividades, 2018.

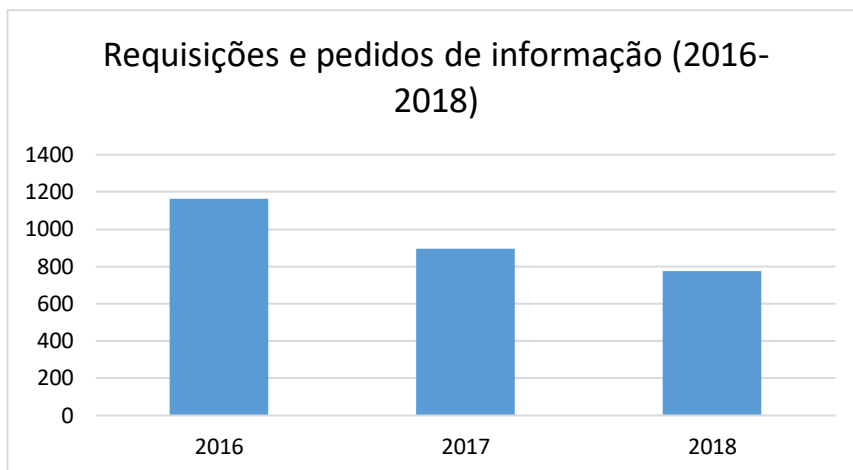


Gráfico 1.

As requisições e pedidos de informação internas têm um grande peso no total, constituindo 91% do total no período de tempo considerado. Apenas 9% do total corresponde a pedidos e requisições externas. O Arquivo Municipal de Sines é um dos arquivos que faz parte dos 79% dos arquivos municipais que tinham utilizadores internos e externos em 2016 (Freitas e Marinho, 2016).

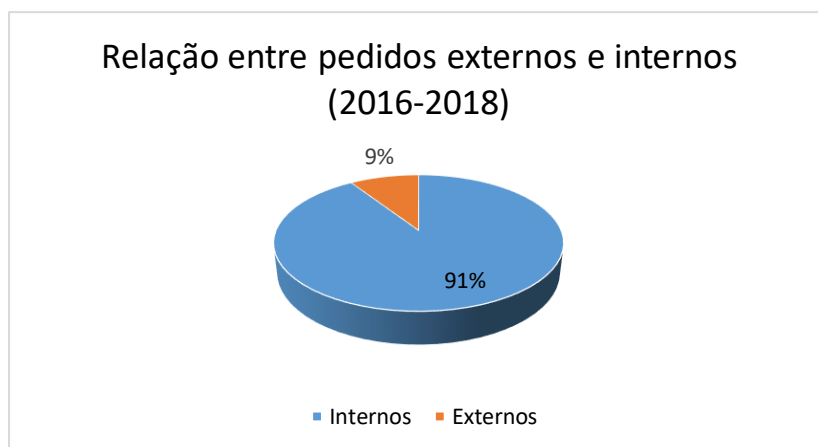


Gráfico 2.

Quando observamos a proporção entre utilizadores externos e internos entre 2016 e 2018 compreende-se que a esmagadora maioria dos utilizadores é interna – 89%.

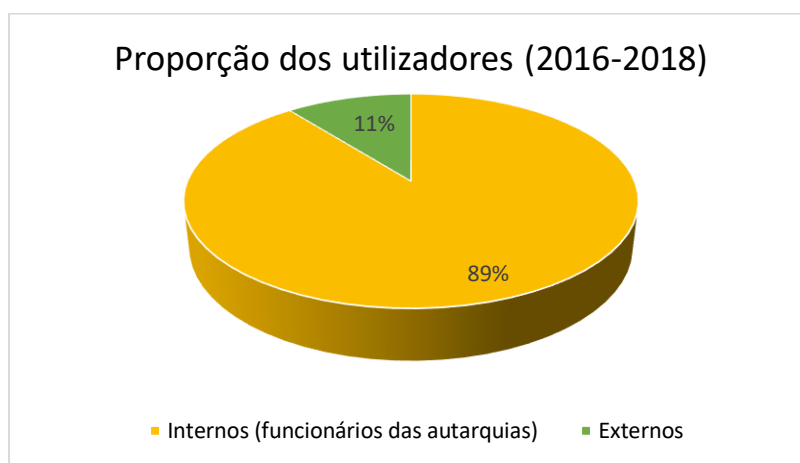


Gráfico 3.

Estes utilizadores são os funcionários das autarquias locais do município de Sines: Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia de Sines. A divisão que mais recorre ao Arquivo é a Divisão de Ordenamento do Território (72%), a que se segue, a grande distância, a Divisão de Administração e Finanças (18%). Todas as divisões contactam o Arquivo para a localizarem a informação que produziram e necessitam de reutilizar, sendo que o menor número de requisições provém da Divisão de Desenvolvimento Local. Daqui se conclui que os produtores são os maiores utilizadores dos documentos de arquivo.

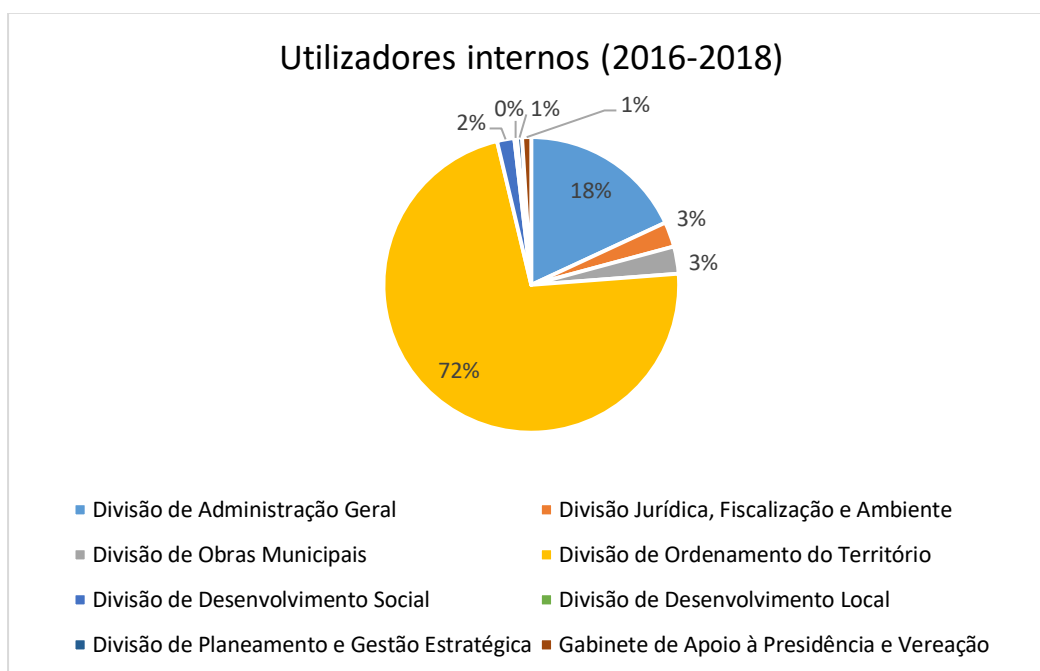


Gráfico 4.

O número de requisições no Arquivo Geral tem vindo a diminuir em estreita relação com a introdução da aplicação Mydoc. Se ainda existe resistência à utilização da aplicação para a requisição ao Arquivo através da via digital, facto visível em 2016³, em 2018 a utilização da aplicação também para solicitar documentos ao Arquivo já se encontra normalizada. Por outro lado, muitos documentos já não têm existência em papel e não é necessária a consulta no Arquivo Geral. A consulta é feita através da aplicação e do acesso proporcionado por essa via. A aplicação não permite ainda conhecer a proporção dessas consultas, pois o serviço de pesquisa e relatórios não inclui a acção de controlar o acesso e a sua quantidade, tão bem conhecida dos arquivistas.

No que respeita aos utilizadores externos, a sua maioria é constituída por estudantes (42%), seguidos de investigadores (31%) e por fim, os munícipes (27%). Quando comparamos estes resultados com os do 5º Inquérito aos Arquivos Municipais de 2016 (Freitas e Marinho, 2016), verificamos que a realidade de Sines é um pouco diferente daquela verificada ao nível nacional, em que a maior parte dos utilizadores externos (39%) é constituída por investigadores e/ou historiadores, seguidos dos munícipes (37%), e só depois dos estudantes (24%).



Gráfico 5.

Um breve inquérito desenvolvido no mês de Julho de 2019 a trinta e sete utilizadores do Centro de Artes de Sines, edifício em que o Arquivo Histórico se encontra, permite um olhar sobre o conhecimento do Arquivo e dos serviços que presta entre a comunidade. O Centro de Artes de Sines inclui a biblioteca, o auditório e o centro de exposições, e foi inaugurado em 2005. É o principal equipamento cultural da cidade de Sines, e onde se concentra boa parte da oferta disponível.

O inquérito foi realizado na semana de 8 a 12 de Julho aos utilizadores presenciais que aceitaram responder ao inquérito de forma anónima. Não são, portanto, os utilizadores do Arquivo, mas os utilizadores de um espaço em que o Arquivo Histórico se encontra. Neste intervalo temporal o período escolar já tinha terminado, e era um período de férias e de festividades locais. Será fundamental alargar o período de inquérito, assim como o número de respondentes, para tornar os resultados mais representativos.

Mesmo conhecendo as limitações dos resultados, que são apenas pontos de partida para estudos ulteriores, atentemos nos principais resultados. O utilizador mais habitual do Centro de Artes de Sines

³ Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines. Relatório de Actividades, 2016.

é do sexo masculino (74%) e reformado (62%), com o primeiro ciclo de escolaridade (40%). As idades dos utilizadores do Centro de Artes durante o período em questão estão, na sua maioria (43%), entre os 65 e os 84 anos. Apesar disso, a proporção de utilizadores com o ensino superior (35%) é significativa da funcionalidade do equipamento em que o inquérito foi realizado.

No entanto, a esmagadora maioria (91%) dos utilizadores não conhece o serviço de Arquivo. Entre os poucos que conhecem o Arquivo, 75% utilizou os seus serviços para fins de investigação de forma presencial.

Apesar disso, entre 2016 e 2019 houve 7006 consultas das descrições de documentos de arquivo. A colocação em linha entre Maio de 2015 e Maio de 2019 da base de dados na plataforma Access to Memory, da Artefactual, não proprietária, permitiu testar a hipótese de fornecer acesso aos conteúdos do Arquivo Municipal através de via remota. Neste momento a Câmara Municipal de Sines encontra-se a avaliar a continuidade da sua utilização ou a alteração para aplicações proprietárias.

Durante esse período o acesso por via remota ao acervo do Arquivo Municipal aumentou. No ano de 2016 apenas se recolheram dados em relação ao mês de Dezembro. Nos três anos contabilizaram-se 7006 consultas por via remota às descrições arquivísticas, número que não seria possível alcançar por via presencial e que é muito superior à consulta tradicional. Entre 2017 e 2018 houve um crescimento de 45% no número de acessos. Não foram localizados estudos em Portugal acerca de repositórios arquivísticos com excepção doArquivo.pt.

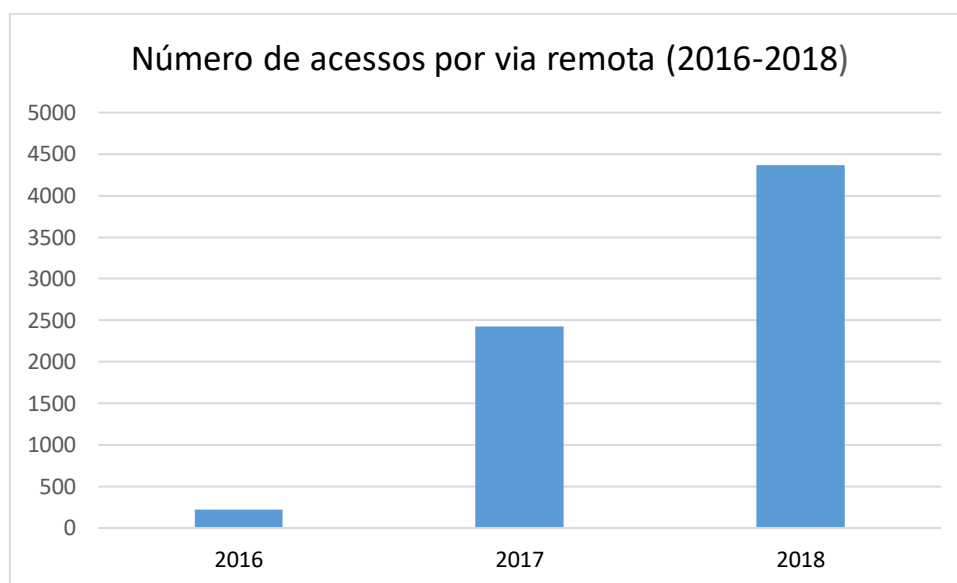


Gráfico 6.

Ao contrário dos utilizadores internos, que acedem directamente aos documentos, os utilizadores externos apenas o fazem quando visitam presencialmente o Arquivo. Note-se que são somente 10% de todos os utilizadores. O utilizador por via remota dispunha, no início de 2019, de 5170 descrições, mas apenas 1604 objectos digitais (31% do total). O Arquivo Municipal de Sines alberga cerca de dois quilómetros de documentação em formato analógico⁴. Significam estes números que ainda não é

⁴ Segundo um estudo de 2017 denominado ENUMERATE, já foram digitalizados 22% do total de toda a herança cultural europeia. Citado por PRESCOTT e HUGUES, 2018. Parece-nos um número sobrevalorizado, já que só em Portugal os mais recentes inquéritos à quantidade de informação acumulada, que, no entanto, não correspondem ao total da documentação analógica existente, importa em 1293 quilómetros (DGLAB, 2012: 114). É evidente que uma parte desta documentação deverá ser avaliada e seleccionada, mas tendo em conta que este é um número conservador, parece razoável supor que pelo menos em Portugal a maior parte da informação arquivística portuguesa que pode ser considerada herança cultural não está sequer descrita.

possível ao utilizador identificar e aceder à informação necessária somente através de um repositório digital, pois só uma pequena parte da informação custodiada tem descrições disponíveis.

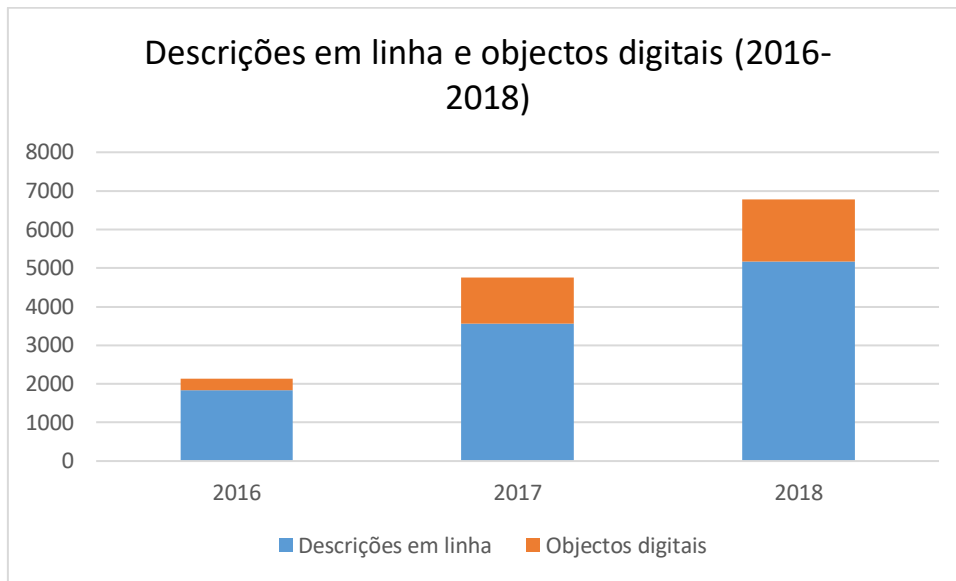


Gráfico 7.

Estes dados concernem somente à informação em formato analógico. Mas no que concerne à sem informação nado-digital o panorama não é mais risonho. A informação albergada nas aplicações de gestão documental e nas aplicações de negócio apenas são acedidas internamente, pelos funcionários da organização. Nenhuma das aplicações em uso no Município de Sines prevê o acesso por parte dos cidadãos. Apesar disso, os cidadãos podem aceder aos documentos disponibilizados pelo Município no seu sítio, nomeadamente deliberações, editais e avisos e documentos de gestão financeira e gestão de recursos humanos (ver a área Município do sítio electrónico, em <http://www.sines.pt/pages/2>).

Uma palavra ainda para toda a informação nado-digital produzida pelas administrações para divulgação das suas actividades e cumprimentos das suas funções. Esta informação encontra-se em sítios electrónicos, plataformas de partilha de conteúdos e redes sociais, mas a sua preservação e acesso futuro não se encontram salvaguardados. Esta informação tem uma natureza efémera assim como as plataformas que a produzem se modificam muito rapidamente, escapando rapidamente à aplicação das funções arquivísticas da avaliação, preservação e acesso (Nathan e Shaffer, 2012:2).

Se os boletins municipais, ainda existentes, ou as agendas foram e ainda são impressos e assim mais facilmente preservados, o mesmo não se pode dizer das notícias electrónicas e de toda a informação escrita e áudio-visual produzida pelas organizações, entre fotografia, vídeos e as notícias, espalhada pelos sítios electrónicos e pelas várias redes sociais e plataformas de partilha de conteúdos. Urge encontrar soluções sistemáticas para esta questão, mesmo que esteja já disponível o repositório Arquivo.Pt., o qual preserva milhões de ficheiros recolhidos da web desde 1996 e disponibiliza um serviço público de pesquisa sobre esta informação⁵. Estas soluções devem ser capazes de abarcar não só páginas estáticas, mas também as mais voláteis redes sociais, e pressupõem uma política de avaliação e selecção da informação digital⁶ que merece ser preservada para o futuro. Esta discussão deve também ser abraçada pelos arquivistas, e não só pelas novéis humanidades digitais e pelos

⁵ Sítio de Arquivo.Pt, no separador Sobre. Consultado em 18 de Julho de 2019, Disponível em < <https://sobre.arquivo.pt/pt/>>.

⁶ Ver, por exemplo, as recomendações da UNESCO para a preservação da herança digital datada de 2015, disponível em < http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=49358&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html >.

fornecedores de conteúdos e responsáveis pela criação e gestão dessas plataformas (Nathan e Shaffer, 2012: 3). Não é, portanto, um problema exclusivo dos arquivistas portugueses.

A divulgação activa é prevista pela Lei nº 16/2016 e deve ser feita de forma semestral pela organização (artigo 10º, alínea 1). Significa que as organizações devem divulgar e actualizar documentos administrativos ou os inventários dos mesmos, além dos dados óbvios acerca da localização, horário de funcionamento e regras de acesso do serviço. Entre os documentos de divulgação obrigatória encontram-se os planos de actividades, orçamentos, relatórios de actividades e contas, balanço social, composição dos órgãos e organograma, documentos de enquadramento estratégico da actividade administrativa e de procedimento administrativo. Será necessário então averiguar se pelo menos os documentos identificados pelo diploma e que são de divulgação obrigatória estão disponíveis. Haveria aliás todo o interesse num estudo acerca do cumprimento destes preceitos pelas administrações em Portugal, quer públicas quer privadas, para tornar possível decisões sobre esta matéria.

A consulta de documentos de acesso livre, não sujeita a limitações previstas pela Lei nº 26/2016 de 22 de Agosto pode fazer-se através da impressão a partir das aplicações, expediente que não é prático e implica custos de impressão. Essas excepções são, segundo o artigo 6º do referido diploma, os documentos nominativos; processos em curso; segredos de empresa; segredos de Estado; segredos de justiça; auditorias, inspecções, inquéritos, sindicâncias ou averiguações. De acordo com o actual quadro legal o acesso à documentação administrativa é limitado somente pela existência de dados nominativos nos documentos. A maior parte dos documentos produzidos pelas administrações públicas, sejam locais ou centrais, contém dados nominativos essenciais ao prosseguimento das suas actividades. De facto, a informação produzida e recebida pelas administrações é-o como parte principal do seu negócio e fundamental para responder a necessidades legais, e às necessidades dos cidadãos (artigo 25º, alínea 2 do Regulamento Geral de Protecção de Dados).

Na verdade, dada a latitude do que é considerado dado nominativo (segundo o artigo 3º da Lei nº 67/98 de 26 de Setembro e a Lei de Protecção de Dados Pessoais, (“qualquer informação (...) relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável”). Esta definição pode vir a causar constrangimentos nos arquivos no que respeita à satisfação dos pedidos, nomeadamente o que respeita à reprodução ou à comunicação parcial. Ambas as operações exigem meios técnicos e recursos humanos que os serviços podem não dispor. Recorde-se ainda que o acesso é garantido independentemente da fase de vida dos documentos de arquivo (artigo 5º, alínea 2).

Por outro lado, dado que a consulta é gratuita quando a modalidade é presencial ou electrónica, será na fixação do custo da reprodução de documentos ou da emissão de certidão que é possível moderar a procura e poder receita para os serviços. O custo da reprodução só é previsto quando se trata da reprodução de documentos em formato analógico ou pela emissão de certidão (artigo 13º da Lei nº 26/2016). Significa assim que todos os documentos em formato digital disponibilizados pelos arquivos têm uma reprodução gratuita, sendo que os serviços podem apenas indicar a sua localização em ambiente digital (Pratas, 2018:87).

Neste momento não é possível aferir quais as consequências da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e do Regulamento Geral de Protecção de Dados, pelo facto de a sua aplicação não ter sido ainda verificada e objecto de estudos. Da mesma forma, o cidadão desconhece ainda as potencialidades da legislação em vigor em relação ao acesso, o que talvez explique que os constrangimentos não se tenham ainda revelado com mais acuidade. Apesar disso seria fundamental conhecer com detalhe quais as consequências da aplicação destes dois diplomas em Portugal, especialmente que efeitos tem nos arquivos municipais e no acesso à sua informação.

- Fundos séries e colecções consultados

O fundo consultado, na sua quase maioria, é o da Câmara Municipal de Sines. Inclui não só a documentação definitiva mas também a fase intermédia e corrente. Os documentos solicitados correspondem na sua maioria a duas tipologias e reflectem a hegemonia dos utilizadores internos.

Os processos de obras particulares foram os documentos mais solicitados entre 2016 e 2018, numa proporção de 63%), a que se seguem os documentos de gestão financeira (11%). De acordo com os procedimentos da Câmara Municipal de Sines, é o serviço administrativo da Divisão de Ordenamento de Território que acede aos processos de obras particulares a fim de prestar o serviço solicitado pelo município. Apenas em casos esporádicos o município se dirige directamente ao Arquivo para esse fim, e mediado pelo serviço a médio e a longo prazo, a digitalização dos processos de obras municipais o. Será então uma opção estratégica do Arquivo, equacionar, os documentos mais consultados⁷.

Os documentos de gestão financeira incluem documentos de despesas, ordens de pagamento e operações de tesouraria. As restantes tipologias são variadas e as suas requisições não chegam a 10% do total. As restantes tipologias mais requisitadas internamente são os processos de obras municipais, as actas da Câmara Municipal de Sines, os documentos relativos aos recursos humanos (processos individuais, processos de seguros). No que respeita à idade da produção, os documentos mais solicitados são de arquivo corrente e intermédio.

Já os documentos requisitados por utilizadores externos em maior número são as fotografias, os recortes de imprensa, as actas e regulamentos da Época Moderna (séculos XVII-XVIII) e as colecções bibliográficas de história local. Como se conclui, todas estas tipologias inserem-se no fundo da Câmara Municipal de Sines. OS processos e os projectos de obras municipais são também consultados por estudantes de arquitectura, realidade que merece um estudo mais aprofundado. Estes estudantes procuram informação sobre o Centro de Artes de Sines e o Gabinete da Área de Sines.

Os outros fundos custodiados pelo Arquivo Municipal de Sines como aqueles da Junta de Freguesia de Sines e da Assembleia Municipal, são pouco consultados presencialmente. O primeiro fundo, o da Junta de Freguesia de Sines, especialmente no que respeita às comissões de moradores do concelho foi um dos consultados através da base de dados, especialmente após o desenvolvimento do projecto Comissões de Moradores, em 2017 (Patrício, 2018b). Este e outros fundos, como os das colectividades locais ou de instituições como a Santa Casa da Misericórdia de Sines, apenas são acedidos por via remota, quer quando a base de dados estava ainda disponível, quer através da página do Arquivo no sítio electrónico municipal (<http://www.sines.pt/pages/372>). Esta página disponibiliza vários instrumentos de descrição documental. O facto de o concelho de Sines estar afastado das instituições de ensino superior que ministram cursos de ciências sociais e humanas poderá ser um dos factores explicativos.

Já os assuntos pesquisados, que não implicam a consulta de documentos de arquivo, mas por vezes só instrumentos de descrição e bibliografia, permitem mostrar outros horizontes do interesse dos utilizadores. O Arquivo Municipal presta também um serviço de referência sobre a história local que nem sempre se concretiza na requisição de documentos. No âmbito desta comunicação não está explicar a preferência dos investigadores e estudantes sobre documentos secundários ao invés de documentos primários, mas de qualquer forma este facto fica registado e pode ser mote para futuras investigações.

⁷ Apesar da necessidade de haver um plano de digitalização sistemático futuro, dado que o processo de digitalização tem sido consequência de necessidades pontuais dos utilizadores externos e internos, sempre limitado pelos recursos existentes. Uma realidade não muito diferente da observada a nível internacional. Sobre a selecção dos documentos a digitalizar e suas possíveis consequências, ver PRECOTT e HUGHES, 2018.

No que respeita aos assuntos pesquisados, o Arquivo Municipal dispõe de dados desde 2012⁸. Os assuntos mais pesquisados dizem respeito a épocas históricas (16%), seguido do Gabinete da Área de Sines (15%), cujo interesse cresceu em 2018. Com cerca de 4% das pesquisas seguem-se informações sobre personalidades de Sines, dois edifícios históricos (as casas Pidwell) e o património imóvel do concelho. A maioria dos pedidos (51%) refere-se, contudo, a assuntos muito variados e com poucas ocorrências. Estes são os pedidos activos, feitos directamente ao serviço de Arquivo. Dado que o sítio electrónico municipal não permite a contagem das visualizações das páginas, não é possível saber quais são os conteúdos mais valorizados.

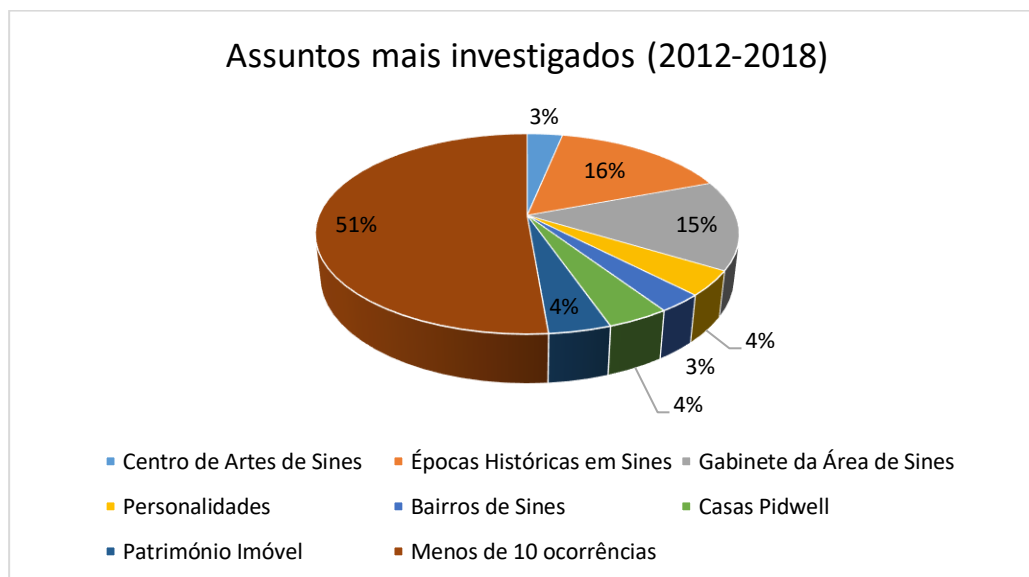


Gráfico 8.

As funções de extensão cultural do Arquivo Municipal de Sines têm como objectivo a divulgação dos fundos por si custodiados e da história local. Como tal têm vindo a ser desenvolvidas várias actividades para o público escolar e para o público em geral. Essas actividades realizam-se desde 2006 e incluem oficinas, exposições, edições de instrumentos de descrição e de monografias, organização e participação em eventos científicos em torno da arquivística e da história local.

Para efeitos desta comunicação apenas se consideraram os participantes e as actividades desenvolvidas entre 2016 e 2018, que sejam de organização exclusiva do Arquivo ou em parceria com outros serviços municipais. São exemplos as exposições Filhos de Espanha (2016, com a Biblioteca Municipal), a organização do colóquio Sines e o Seu Porto, em 2017 (com várias instituições do ensino superior), e as oficinas para adultos sobre paleografia e arquivística⁹.

⁸ Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines. Relatório de Actividades, 2018.

⁹ Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines. Relatório de Actividades, 2016, 2017 e 2018. Consultar também a agenda em linha do Município, em < <http://www.sines.pt/pages/386> >.

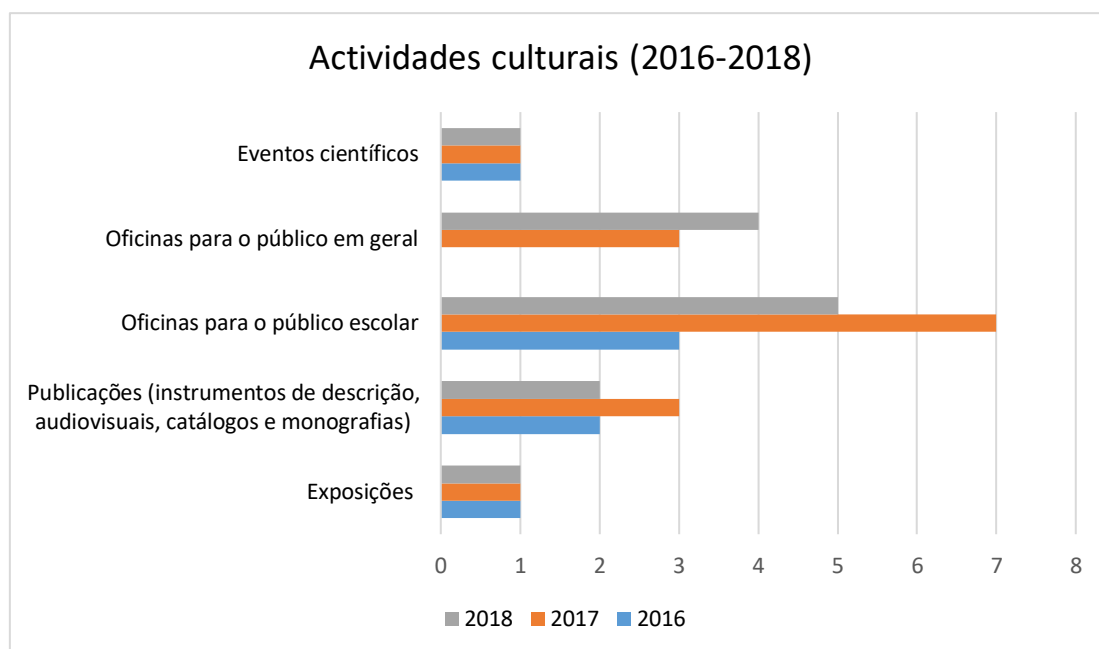


Gráfico 9.

As actividades com o público escolar do Agrupamento de Escolas de Sines e da Escola Secundária Poeta Al Berto saldaram-se, nestes três anos, em 1637 alunos. Já o público em geral atingiu as 2847 pessoas. A estes números não foi alheio a execução do projecto Comissões de Moradores do Concelho de Sines, que permitiu a recolha, digitalização e descrição de séries documentais da Junta de Freguesia de Sines e da Câmara Municipal de Sines e a produção de instrumentos de descrição, a realização de um documentário, a publicação de livros e a realização de exposições entre 2017 e 2018.

Conclusões

O serviço educativo e as actividades de extensão cultural têm vindo a conferir maior notoriedade ao Arquivo Municipal de Sines, através da realização da sua função de comunicação dos fundos custodiados. Estudos como os enunciados nesta comunicação devem ser aprofundados, quer num arquivo com um número de utilizadores reduzido, como o de Sines, como em arquivos com uma maior margem de utilizadores. As actividades realizadas servem mais como acções de divulgação do património arquivístico e da sua valorização entre a comunidade do que em aumentar o número de utilizadores.

Notou-se ainda que a colocação em linha de descrições através de um repositório permite a utilizadores que não podem deslocar-se fisicamente consultar descrições e reproduções de documentos de arquivo. Deve manter-se e até impulsionar-se a disponibilização de informação arquivística em linha. Os estudos de utilizadores destas plataformas que se estão a tornar um importante instrumento de acesso à informação devem ser estimulados.

As requisições internas diminuem em relação com a introdução de sistemas de informação electrónicos que fornecem aos utilizadores internos o acesso necessário à informação relevante para as suas actividades. Esses sistemas, ao contrário dos documentos em formato analógico, são utilizados pelos seus produtores sem mediação dos serviços de arquivo, que não os custodiam, e que, muitas vezes não colaboram no seu desenho. A informação contida nestes sistemas também não é avaliada de acordo com os princípios arquivísticos, e muitas vezes a integridade e a autenticidade da sua informação não estão garantidas. Neste sentido impõe-se que os arquivos e os arquivistas possam ser envolvidos nos processos de modernização administrativa cujo objectivo, entre outros, é o da

passagem de um ambiente analógico para um digital para melhorar a eficiência e a eficácia das administrações.

Consequentemente, de forma a garantir o acesso presente e futuro da informação aos seus utilizadores, é necessário assegurar o tratamento documental dos fundos custodiados, assim como a sua preservação ao longo do tempo, o que implica não só as actividades tradicionais da descrição e da produção de instrumentos de descrição, mas também a avaliação documental e a participação na produção documental do presente, que é híbrida e por vezes exclusivamente digital.

No que respeita à disponibilização de descrições e de reproduções de documentos de arquivo cuja produção é anterior aos sistemas de informação digitais, deverá ser possível a sua colocação em linha, pois é das formas mais eficazes de disponibilizar a informação custodiada.

Pela via da digitalização o número de utilizadores físicos nos arquivos em geral tenderá a diminuir, enquanto o acesso aos documentos de arquivo por via remota e digital poderá aumentar. Esta circunstância traz várias consequências, além da mais óbvia e necessária, a da conjugação da preservação com o acesso, ou da necessidade de garantir a autenticidade dos documentos. Significa também que a visibilidade dos arquivos nas organizações, que já é pouca neste momento, pode vir a desvanecer-se com maior rapidez. Os arquivos, enquanto serviços culturais, terão que manter a sua presença social nas organizações e na sua comunidade através do uso sábio e proactivo das plataformas electrónicas, dos seus serviços de difusão cultural e da sua participação na definição das políticas e práticas de gestão da informação.

O serviço educativo, entendido de forma lata como instrumento de divulgação da informação arquivística entre os cidadãos, pode ser uma oportunidade para reforçar a presença social destas instituições. Os riscos estão na capacidade que os serviços têm ou não de garantir o acesso continuado e a fidedignidade da informação digital e digitalizada, o que exige recursos humanos e financeiros. De contrário, os projectos de digitalização de documentos em formatos analógicos podem não ter as consequências esperadas, e significarem somente desperdício de recursos, tornando-se inacessíveis ou inúteis.

É necessário portanto que todos os envolvidos, desde os arquivistas, aos decisores e também a todos os utilizadores da informação arquivística presentes e futuros que são os cidadãos, tenham consciência das necessidades de desenvolvimento dos arquivos, desde a normalização, aos recursos humanos, tecnológicos, físicos e de investimento neste contexto de mudança acelerada.

Exige, a montante, a continuidade no investimento, por parte dos produtores e custodiantes da informação arquivística, no serviço de Arquivo, não só no final da sua vida, mas desde o seu início. Será esta produção documental, hoje nado-digital, e o seu controlo arquivístico que permitirão às organizações de hoje prosseguir as suas actividades no futuro, assim como a escrita da história dos nossos dias pelos historiadores vindouros.

Referências bibliográficas

ALVES, Ivone, et alli. (1993). Dicionário de Terminologia Arquivística. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. ISBN 972-565-146-4.

ANDRADE, Amélia Aguiar; FARELO, Mário; GOMES, Maria (ed). Pão, Carne e Água: memórias de Lisboa Medieval. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa e Instituto de Estudos Medievais, 2019. ISBN978-989-54109-7-2.

BAPTISTA, Isabel (1985) [documento policopiado]. Arquivo Histórico: Catálogo. Sines: Câmara Municipal de Sines.

BALBINO, Giseli Milani Santiago; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas (2016). Estudo de usuário interno em serviços de arquivos de recursos humanos: avaliação da qualidade da informação. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação* [em linha]. V.6, nº2, Outubro de 2016. ISSN 2237-6658. Consultado em 28 de Junho de 2019. Disponível em < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/3098> >.

CARVALHO, Milena Carla Lino de (2014). Estudo de Mediação e do Uso da Informação nos Arquivos Distritais. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 438 p. Dissertação de Doutoramento em Ciências Documentais não publicada orientada pela Professora Doutora Maria José de Azevedo Santos e pelo Professor Doutor Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva. Consultado em 28 de Maio de 2019. Disponível em < <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/25994/1/Informa%C3%A7%C3%A3o%20nos%20Arquivos%20Distritais.pdf> >.

CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS (2012). Actas do 11º Congresso BAD. Integração, Acesso e Valor Social. Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian, 18, 19 e 20 de Outubro de 2012. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Consultado em 28 de Maio de 2019. Disponível em < <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/10> >.

CONWAY, Paul (1986). Facts and frameworks: an approach to studying the users of archives. *The American Archivist*, 49, nº4, 393-407.

COSTA, Miguel; SILVA, Mário (2010). Understanding the Information Needs of Web Archive users. In *Proceedings of the 10th International Web Archiving Workshop*, Viena, Áustria. Consultado em 29 de Maio de 2019. Disponível em < <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.368.3809> >.

COSTA, Miguel; SILVA, Mário (2011). Characterising search behaviour in web archives. Comunicação apresentada no *Temporal Web Analytics Workshop 2011*, Hyderabad, Índia. Consultado em 29 de Maio de 2019. Disponível em < <http://ceur-ws.org/Vol-707/TWAW2011-paper5.pdf> >.

DIRECÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS (2010). Inquérito à Satisfação dos Clientes da Direcção Geral de Arquivos em 2009. [em linha]. Lisboa: Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Consultado em 30 de Maio de 2019. Disponível em < http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/04/Relatorio_Clientes_DGARQ_2009_oldV.pdf >.

DIRECÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS (2012). Situação arquivística do Estado ACE. Questionário 2012. Relatório final. Coordenação de Pedro penteado. [em linha]. Lisboa: Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Consultado em 14 de Abril de 2017. Disponível em http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/03/Relatorio_diagn%C3%B3stico-2012_2012_12_16.pdf.

FRANCISCO, Cármen; PATRÍCIO, Sandra (2018). A aplicação do PCIAAL na Câmara Municipal de Sines. [documento electrónico]. Actas do 13º Congresso da Associação Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (2018): Sustentabilidade e Transformação. Fundão, 24 a 26 de Outubro de 2018. Disponível em <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1950> .

FREITAS, Cristiana; MARINHO, Vítor (2016). Arquivos Municipais: nótulas ao 5º Inquérito Nacional. Actas do 12º Encontro Nacional de Arquivos Municipais: Arquivos Municipais: o que há de novo? Castelo Branco, 14 e 15 de Outubro de 2016. Disponível em < <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1567> >.

HENRIQUES, Maria de Lurdes (2013). A Emergência de um novo desafio profissional: os arquivos na formação da identidade cultural e da consciência histórica do cidadão. *Cadernos BAD*, 2012-2013, N°1/2, 61-72.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odília (2004). Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGrama Zero: Revista de Ciência da Informação* [em linha]. Vol. 5, nº 5, p.1-3. Consultado em 28 de Maio de 2019. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7650>.

LOPES, Francisco Luís (2016). *Breve Notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama. Com introdução de João Madeira*. 3ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines. ISBN 978-972-8261-16-0.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2017). *Sines na Idade Média: da fundação ao foral manuelino*. Sines: Câmara Municipal. ISBN 978-972-8261-17-7.

MCAVENA, Kayla (2017). *Information Seeking: taking a closer look at archival user studies*. [Em linha]. S.I.; Universidade de Leiden. Consultado em 30 de Maio de 2019. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/82997654.pdf>>.

PATRÍCIO, Sandra; PEREIRA, Paula (2017). *Sines, a terra e o mar*. Sines: Câmara Municipal de Sines. ISBN 978-972-8261-18-4.

PATRÍCIO, Sandra (2018a). *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines 1655-1855*. Tese de doutoramento orientada pelos Professores Doutores Maria de Fátima Reis e Carlos Guardado da Silva na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dois volumes.

PATRÍCIO, Sandra (2018b). *Um arquivo das comunidades para a comunidade: o Arquivo Municipal de Sines*. Comunicação no 3º Encontro BAD ao Sul, Ferreira do Alentejo, 29 de Maio de 2019. Consultado em 30 de Maio de 2019. Disponível em <https://www.bad.pt/eventos/wp-content/uploads/2018/01/com10_3BADSul.pdf>.

PRATAS, Sérgio (2018). *A (nova) Lei de Acesso aos Documentos Administrativos*. Coimbra: Edições Almedina. ISBN 978-972-40-7427-6.

PRESCOTT, Andrew; HUGHES, Lorna (2018). *Why do we digitize? The case for slow digitization*. [Em linha]. *Archival Journal*. Consultado em 20 de Agosto de 2019. Disponível em <https://www.archivejournal.net/essays/why-do-we-digitize-the-case-for-slow-digitization/>.

RHEE, Hea Lim (2015). *Reflections on Archival User Studies* [Em linha]. *Reference and User Services*, 54, nº4, 29-42. Consultado em 20 de Agosto de 2019. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Hea_Lim_Rhee/publication/279183209_Reflections_on_Archival_User_Studies/links/5637f90d08ae78d01d395173/Reflections-on-Archival-User-Studies.pdf?origin=publication_detail>.

RIBEIRO, Fernanda (1996). *Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996. ISBN 972-605-041-3.

RIBEIRO, Fernanda (2003). *O Acesso à Informação nos Arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 volumes.